

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.

653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

DOI: 10.29327/5385334

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO
ARTES DA MEMÓRIA**

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação



MUSEU

JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)


cirkula
2023

2

UMA CASA E VARIADOS ARTEFATOS: O MUSEU JULIO DE CASTILHOS EM SUAS MÚLTIPLAS TEMPORALIDADES

*Ana Celina Figueira da Silva
Zita Rosane Possamai*

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isso, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma ‘lição’: ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria esses relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos (CERTEAU, 2011. Pp. 91-92).

As palavras de Michel de Certeau alimentaram a feitura deste livro, ao buscar dar maior visibilidade às pesquisas que evidenciam a importância de uma instituição museológica, criada no extremo meridional do Brasil, que guarda as singularidades regionais em sua constituição e integra a rede de museus brasileiros: o Museu Julio de Castilhos¹. Por certo tempo, este Museu localizado fora do eixo econômico e cultural nacional, não se configurou em objeto de estudo de uma historiografia voltada às institui-

¹ O Museu Julio de Castilhos, através do Decreto nº 58.409 de 28 de dezembro de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado nº 252, de 29 de dezembro de 2023, passou a chamar-se Museu de História Julio de Castilhos. Entretanto, nessa publicação é utilizada a nomenclatura Museu Julio de Castilhos, tendo em vista que todos os textos foram produzidos anteriormente à data da alteração. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2057.409.pdf>

ções das regiões centrais do país. Felizmente, este silenciamento vem rompendo-se, com a publicação e divulgação de estudos sobre a história de museus de outras regiões do país, a exemplo da obra *Estilhaços da Memória* (BRITTO, CUNHA e CERÁVOLO, 2020) sobre a história dos museus e das coleções do Nordeste brasileiro, iniciativa que fortaleceu esse projeto.

Nessa perspectiva, a presente publicação pretende reunir, sem esgotar, os resultados de diversas investigações sob diferentes protocolos (projetos de pesquisa docente; trabalhos de conclusão de curso; dissertações; teses; artigos e capítulos), aqui subdivididos em duas partes: Parte 1 – Histórias do Museu em múltiplas temporalidades e Parte 2 – O museu e suas coleções: miradas sobre artefatos e imagens, sobre as quais passamos a considerar nesta introdução.

O Museu Julio de Castilhos é o museu mais antigo criado no Rio Grande do Sul, ainda em funcionamento atualmente. Contudo, não é o mais remoto, pois Marlene Medaglia Almeida (1983, fl.37 *apud* NEDEL, 2005, p. 95) fez menção ao efêmero Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro do Sul para o ano de 1862 e que o decreto 1549 de 1885 previu a criação, sem existência efetiva, de um museu Provincial. Além deste, pesquisa de Luisa Menezes da Silveira (2022) localizou pistas do Museu do Ginásio Conceição, que “garantiu para São Leopoldo o título de “berço da botânica no Rio Grande do Sul”, devido à atuação científica de seus colaboradores (SPOHR, 2011, p. 642), como o Pe. Ambrósio Schupp e o Pe. João Evangelista Rick [...]” (SILVEIRA, 2022, p. 45).

Criado formalmente pelo Decreto n. 589 em 1903, também foi localizada referência ao Museu do Estado ainda em 1901 por ocasião da Exposição Estadual (MELO, 2019). A cada nova descoberta mais o Museu recua no

tempo sua concepção e mais se situa no movimento dos museus de História Natural, vigente no Brasil novecentista, quando foram criados o Museu Nacional (1808), o Museu Paulista (1895), o Museu Paraense (1866) e o Museu Paranaense (1876), além do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839), entre outros (LOPES, 2009; SANJAD, 2010; BITTENCOURT, 2005).

Essa história longeva de mais de um centenário, assim como a farta documentação histórica preservada, permitiu caracterizá-lo como um ‘museu mutante’ por Letícia Nedel (2005), a primeira pesquisadora a debruçar-se sobre o passado da instituição em sua dissertação de mestrado, intitulada “Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta” (NEDEL, 1999). Seu caráter mutante, segundo a autora, dar-se-ia devido ao fato de que o museu nascera no escopo de um museu enciclopédico de História Natural, modelo vigente nos oitocentos, e teve seu perfil alterado a partir de 1954, quando suas coleções foram desmembradas para originar outras instituições. A autora construiu a primeira narrativa histórica sobre o museu de foro acadêmico, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e ofereceu pistas sobre seu surgimento, sobre as primeiras gestões e sobre o funcionamento de uma instituição cultural no contexto dos primeiros anos do Estado Republicano gaúcho até a metade do Século XX. Não é à toa, nesse sentido, que Letícia Nedel abre essa publicação - com o texto “Breviário de um museu mutante” -, pois segundo ela, através do Museu o discurso histórico desempenhou papel estratégico na legitimação das elites políticas estaduais, assim como “a memória foi um instrumento permanentemente acionado nos embates que cercaram os rumos da ditadura positivista

no Estado” (2005, p. 88). A autora se debruçou especialmente nos anos 1950 e na gestão de Dante de Laytano, na qual o caráter de museu de história priorizou o estudo do folclore das tradições nacionais e rio-grandenses. Nedel demonstra como o museu se tornou entre os anos 1952 e 1959 um lugar de referência oficial da cultura rio-grandense e uma agência oficiosa do setor folclórico nacional. A partir da instituição, debates e embates entre os intelectuais ganharam a cena política em disputas acirradas sobre o enquadramento de personagens e do passado do Estado, onde a invenção de uma identidade regional era o principal alvo das querelas. A autora mostra, por outro lado, a abrangência das funções que o Museu assumia nesse contexto, como agência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (função que teve desde a gestão de Alcides Maya), Comissão Nacional do Folclore e como aglutinadora dos estudos folclóricos, papel capitaneado pelos novos líderes emergentes do denominado tradicionalismo gaúcho que, posteriormente, configuraram um órgão próprio no âmbito da administração estadual, o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore .

Desse modo, Letícia Nedel abriu as portas para mostrar a potencialidade de investigação deste museu, cuja biografia atravessa a história do Estado do Rio Grande do Sul, por consequência, a história do Brasil. E, acrescentamos, a história dos museus e da Museologia brasileira.

Em “Museu Júlio de Castilhos: trajetória histórica e perfil (parcial) de um acervo”, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, saudosa Capô que nos deixou em 2021 em decorrência da Covid-19, tece reflexões sobre a relação entre história e memória nos museus, tomando o caso do Museu e os objetos lá perenizados ao longo do tempo. Eloisa Capovilla problematiza a valorização das memórias do político Júlio de Castilhos e de acontecimentos, como a Revolu-

ção Farroupilha, além das Missões. Para a autora, no acervo de mais de 10 mil itens, destacam-se esses conjuntos que tentam comunicar determinados aspectos da história do Rio Grande do Sul e vieses da historiografia vigente em determinados contextos. O olhar da historiadora atentou para as potencialidades de estudo da configuração das coleções e dos objetos em exposição, questionando o papel e a função de um museu histórico. Nesse sentido, Capovilla indica que o processo museológico – aquisição; pesquisa; comunicação – para além dos procedimentos técnicos, reflete determinadas concepções e interpretações dos eventos históricos, como demonstra ao mencionar as coleções relacionadas à Guerra Farroupilha e ao republicano Júlio de Castilhos no Museu. Para a autora, os critérios de recolha e exposição desses acervos, são também “uma forma de se apropriar do episódio [histórico]”.

Na sequência, os escritos de Marlise Giovanaz e Luís Armando Peretti (2003) (*in memoriam*), corroboraram os dados anteriormente levantados por Capovilla e, especialmente, aqui demonstram que o estudo da história do Museu Julio de Castilhos despertava interesse na iniciação científica dos acadêmicos do Curso de História. Esse texto ainda anuncia a problemática da construção da identidade regional pelo Museu e sua vinculação às operações de celebração da memória de Julio de Castilhos. O texto, originalmente produzido em 2003, registra que à época, eram extremamente escassas as produções científicas que tomavam o Museu como objeto de análise, referenciando basicamente a dissertação de Letícia Nedel (1999). Este apontamento dos autores torna-se bastante importante, pois nos permite identificar o considerável aumento de pesquisas sobre o Museu nestes últimos 20 anos, muitas das quais registradas nessa coletânea. O trabalho de Giovanaz e Peretti, de certa forma, podemos considerar, chama a

atenção para a escassez de estudos sobre o Museu Julio de Castilhos à época, procurando colaborar nessa construção.

Zita Possamai, a partir de 2006, iniciou pesquisas sobre a relação do Museu do Estado do Rio Grande do Sul e a educação, na perspectiva da História da Educação. A importância desses estudos residiu em inserir a educação em museus no escopo deste domínio, que, até então, privilegiava especialmente a Educação Escolar. Aqui, estão publicadas duas produções decorrentes das investidas da autora. Em “*Lição de Coisas* no Museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do *Século XX*”, a pesquisadora aborda a adoção de tal método no sistema de ensino da então Província mais meridional do Brasil, aspecto que gerou a necessidade nos estabelecimentos de ensino de recursos para a denominada *Lições de Coisas*. Conforme a autora, enquanto a educação avançava em sua modernização pedagógica, os museus de História Natural eram criados no País e colocavam-se como parceiros das escolas na perspectiva de uma educação científica. Nesse sentido, o Museu Julio de Castilhos, assim como outros museus brasileiros, esteve alinhado com o que vigia no ensino e atendia às suas necessidades com a criação de museus escolares, especificamente coleções de rochas disponibilizadas a centenas de escolas do território gaúcho.

Em “*Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903–1925)*”, a autora buscou informações sobre os públicos do museu, no período da gestão do primeiro diretor, Francisco Rodolfo Simch, a partir da análise dos relatórios produzidos por ele e dos registros de visitantes. Se até então, considerava-se a instituição distanciada de uma preocupação educativa, por estar constantemente fechada e não receber pesquisadores, o texto demonstra que o Museu conciliou as funções científica (ao formar,

classificar e expor coleções de zoologia, botânica e mineralogia) e educativa (ao manter-se aberto à visitação pública, principalmente de escolares). O texto ainda oferece pistas sobre os visitantes do museu que deixaram seu registro no *Livro de Reclamações e Impressões*, a maioria “visitas ilustres” ligadas ao positivismo ou ao Partido Republicano Riograndense – PRR e naturalistas que realizavam incursões científicas no território gaúcho. Nesses escritos foi possível observar os tons elogiosos à direção da instituição e também a presença de “impressões” que corroboravam reivindicações do próprio diretor, a exemplo da necessidade de espaço adequado ao museu, logo após sua criação. Além desses resultados, a autora chama a atenção para um tipo específico de documento para investigar a história dos museus: “[...] livros de visitas e registros de visitantes constituem-se em documentos interessantes para a investigação histórica dos museus por conterem pistas e vestígios deixados por sujeitos que raramente teriam oportunidade de registrar suas impressões sobre o museu, sobre suas coleções e exposições, podendo apresentar riqueza para explorar a apropriação ou recepção do museu por seu público em tempos pretéritos” (POSSAMAI, 2014, p. 383-384).

Esses dois escritos de Zita Possamai inserem o museu num quadro mais amplo de crença na ciência e na educação como modo de alcançar o progresso civilizatório, ideais que guiavam também o grupo republicano no governo do Rio Grande do Sul. O museu, nessa perspectiva, era uma instituição que se legitimava na sociedade por fornecer, através do contato direto com suas coleções, os subsídios necessários a uma educação científica calcada nos paradigmas positivistas, evolucionistas e racistas, vigentes no período e que, hoje, se constituem em imensos desafios a serem enfrentados não apenas pelo Museu Júlio de Castilhos, mas também por muitos museus criados nesse contexto.

No mesmo recorte temporal das pesquisas de Zita Possamai, o texto “O Museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos (1903-1925)”, de Ana Celina Figueira da Silva e Zita Possamai, o qual, volta-se aos relatórios e correspondências oficiais do Museu Julio de Castilhos no período da gestão de seu primeiro diretor, entre 1903 e 1925, mas com a intenção de perceber as estratégias que envolveram o Museu no processo de mitificação de Julio de Castilhos logo após a sua morte, em 24 de outubro de 1903, e em anos imediatamente posteriores. Nessa intenção, o capítulo apresenta o argumento de que o Museu Julio de Castilhos participou de um projeto maior, capitaneado pelo Governo do Estado, sob a liderança de Borges de Medeiros, de glorificação e perpetuação da memória do republicano Julio Prates de Castilhos. Fundamentalmente, as autoras identificam e descrevem três principais ações neste processo. A primeira, por sugestão do diretor do Museu, de criação junto à seção histórica da instituição, de uma coleção específica para recolher e guardar os objetos do “grande morto”, com solicitações de imagens de Julio de Castilhos para figurar no Museu, que o diretor fez a particulares e intendententes do Rio Grande do Sul. As outras duas ações são de iniciativa do Governo do Estado: a compra da casa de Julio de Castilhos em 1905 para transformá-la na sede do Museu e a alteração do nome de Museu do Estado para Museu Julio de Castilhos, em 1907. Principalmente em relação à casa de Julio de Castilhos ser escolhida para sediar o Museu, as autoras evidenciam a vontade de perpetuação do líder republicano por parte do Governo, enquanto o diretor do museu durante longos anos relata a inadequação do espaço para abrigar as coleções e reivindica a transferência de prédio, o que nunca aconteceu. A pesquisa demonstra, portanto, que a utilização do Museu como um “veículo de glorificação” de Julio

de Castilhos fez parte de um projeto de governo, muito mais do que um projeto da direção do Museu, fazendo refletir sobre o papel consagrador que muitas vezes os museus históricos desempenham e que se processa, de forma geral, com personagens vinculados ao poder político.

A gestão de Francisco Rodolfo Simch no Museu Julio de Castilhos, marcada pela dedicação às coleções de Ciências Naturais, encerrou em 1925, quando assumiu Alcides Maya e o museu sofreu algumas mudanças que iniciaram um processo de valorização e ampliação das coleções históricas, antes praticamente abandonadas. São estas alterações sugeridas no “plano de remodelação” do Museu Julio de Castilhos liderado pelo novo diretor que Ana Celina Figueira da Silva descreve em “Sob Nova Direção - Gestão Alcides Maya, Departamento de História Nacional e a proposição de um Museu Histórico (1925-1939)”. Este capítulo, fruto da tese da autora (SILVA, 2018), indica que estruturalmente o Museu, a partir de 1925, passa a organizar-se em três grandes departamentos: de Administração; de História Natural; de História Nacional. O destaque da análise recai sobre este último, o Departamento de História Nacional, chefiado pelo historiador Eduardo Duarte, e que seria composto por oito coleções mais o Arquivo Histórico e a Biblioteca do Museu. Também funcionava junto a este Departamento, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), criado em 1920 e que não possuía ainda uma sede própria. Tal estrutura favoreceu que o Museu Julio de Castilhos passasse a ocupar-se de forma mais efetiva da narrativa do passado sul-rio-grandense, conforme indicam muitos autores que integram esta coletânea, destacando Nedel (2005) que apresenta as mudanças em 1925 como a “primeira guinada” do Museu Julio de Castilhos rumo à História. Nesse movimento, os trabalhos desenvolvidos na instituição, partem de uma perspectiva naturalista para um enfoque histórico.

Processo que iria se completar na década de 1950 com o desmembramento das coleções e consequente caracterização do Museu Julio de Castilhos como uma instituição histórica, de forma exclusiva. Entretanto, em que pese essas informações e considerações desenvolvidas por outros pesquisadores e dos quais a autora parte, a pesquisa busca, na documentação, dados que possam evidenciar que a gestão de Alcides Maya realmente marca essa guinada à História. Assim, apresentando as coleções dos Departamento de História Natural e História Nacional e sistematizando a quantidade de itens ao final da gestão de Maya, percebe-se o esforço e dedicação na constituição das coleções do Departamento de História Nacional, visando a construção de um Museu Histórico. Também fica evidente a grande quantidade de documentos recolhidos ao Arquivo Histórico do Museu Julio de Castilhos, oriundo da transferência da seção histórica do Arquivo Público do Rio Grande do Sul em 1925 e o trabalho de seu chefe, Eduardo Duarte. O Museu Julio de Castilhos permaneceu fechado à visitação durante os 16 anos da administração de Maya, sendo o Arquivo a única seção do Museu que atendia o público, no caso um público específico, pesquisadores da história do Estado, muitos vinculados ao IHGRGS. A preocupação central do período foi a recolha de documentos e itens para a formação das coleções e não a abertura do Museu ao público.

Portanto, a partir do crescimento do acervo histórico e também dos princípios e normas esboçadas no segundo regulamento do Museu, oriundo do “plano de remodelação” de Maya, a pesquisa realizada nos permite perceber o novo desenho institucional do Museu Julio de Castilhos a partir de 1925. Nesse desenho, identifica-se o forte traço de um museu histórico que ganhava espaço.

Finda a gestão de Alcides Maya, o museu passou por nova reconfiguração de sua missão, desta vez sob a

direção de Emílio Kemp, conforme mostra a dissertação de Iandora de Melo Quadrado (2022), sob orientação de Ana Carolina Gelmini de Faria, cuja síntese aqui é apresentada em “Um professor no Museu Julio de Castilhos: a imaginação museal de Emílio Kemp”. Segundo as autoras, a imaginação museal de Kemp estava alinhada com o papel educativo que assumiam os museus na década de 1940. O diretor não apenas manteve a sede aberta, como intensificou o recebimento de escolares, aumentando consideravelmente o público visitante da instituição. Orientado pelos preceitos da Escola Nova, Emilio Kemp concebia o museu como um espaço de conhecimento capaz de proporcionar descobertas e aprendizados para mestres e estudantes. Além disso, se preocupou com a formação de profissionais para o fazer museal e propôs a criação de um Curso de Museus, em moldes semelhantes àquele mantido no Museu Histórico Nacional por Gustavo Barroso. Interessante observar a resistência do diretor em enviar alunos do Museu para formarem-se no Rio de Janeiro, por acreditar que o próprio Museu Julio de Castilhos teria condições de realizar formação de tal envergadura. Essas iniciativas, embora frustradas, permitem imaginar que o Rio Grande do Sul poderia ter se constituído em centro de formação em Museologia, a exemplo, da antiga Capital Federal, se os gestores tivessem apoiado a imaginação de agentes como Kemp.

Para seguir a biografia do Museu, é, mais uma vez, Leticia Nedel (1999) que nos conduz. Segundo a autora, nos anos 1950, as feições do Museu Júlio de Castilhos, alteraram-se consideravelmente, quando a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n. 2345, promulgada em janeiro de 1954, que reformou a Secretaria de Educação e determinou a criação da Divisão de Cultura – instância que englobou por décadas as instituições culturais do Estado,

até ser criada em 1990 a Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC). Esse ato ainda criou três novas instituições que receberam parte do acervo do primeiro museu estadual: o Museu de Ciências Naturais (ainda hoje em funcionamento) ficou com a seção de história natural; a coleção de arte foi destinada ao Museu de Artes do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico, desde 1925 integrado ao Museu Julio de Castilhos, ganhou autonomia administrativa.

Além desse ato, o novo regimento elaborado pelo diretor Dante de Laytano extinguiu tarefas concernentes às ciências naturais e aos documentos, ao passo que estudos e divulgação do folclore passaram a figurar como atividades do Museu Julio de Castilhos.

Para melhor compreensão destas mudanças no Museu, Leticia Nedel traça a biografia de seu protagonista, Dante de Laytano: o diretor era pesquisador autodidata e passou a atuar como historiador nos anos de 1930, quando assumiu como oficial do Museu e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Nos anos de 1940, tomou parte na fundação das Faculdades de Filosofia surgidas na Universidade Católica – com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1940) – e na Universidade do Rio Grande do Sul (1943), futura Universidade Federal – onde esteve à frente da Cátedra de Civilização Brasileira. Ainda nos conta Nedel que Laytano foi amigo de intelectuais renomados, como Gilberto Freyre, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Renato Almeida, José Honório Rodrigues, relações que, certamente, o qualificaram para assumir as Comissões Estaduais de Folclore, de Museus e de História, filiadas às Comissões Nacionais e à UNESCO.

Para Nedel, Dante de Laytano foi “o propagador de uma interpretação regionalizada da formação social brasileira” e nutria convicções em torno de uma Filosofia da

Regionalização da História, em momento crucial da definição de fronteiras no âmbito das Ciências Sociais. O então diretor do Museu buscava alinhar-se aos eruditos de outras regiões brasileiras no sentido de incluir a cultura popular na história regional e apontar as particularidades locais, por meio dos estudos folclóricos, que comporiam a nação. Nesse viés, buscou levantar dados sobre as matrizes negra, litorânea, indígena, ítalo-rio-grandense, teuto-rio-grandense, pampeana e açoriana. A essa última dedicou-se especialmente à formação de uma seção etnográfica, a ser composta por artefatos oriundos das ilhas dos Açores, projeto frustrado que acabou não sendo realizado, pois nutria o desejo especial de vincular o Rio Grande do Sul às suas origens lusas em detrimento de sua ligação com as nações platinas, objeto de acalorados debates entre os intelectuais naquele contexto.

De qualquer modo, a mirada etnográfica deste historiador à frente do Museu Júlio de Castilhos inseriu a instituição nos debates nacionais sobre a cultura popular brasileira e sobre a criação de museus de folclore. Poderíamos afirmar estar, mais uma vez, o Museu alinhado com debates nacionais da cultura e seu diretor inserido numa rede de sociabilidade entre intelectuais, desta vez do folclore. Por outro lado, conforme mostra a historiadora, Dante e, conseqüentemente, o Museu colocou em debate no âmbito da gestão cultural do Rio Grande do Sul, a condução das políticas públicas em torno do folclore e da tradição, que passaram nas décadas seguintes a serem lideradas pelo Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, também criado como órgão da Divisão de Cultura. Contudo, o folclore deixa seu carácter etnográfico, viés de uma história regional que compõe a história nacional, para ser concebido no viés da tradição, onde importam mais a criação e a repetição de práticas culturais vincula-

das ao mito do gaúcho, assunto que necessitaria de muitas linhas para aqui ser abordado.

Ainda pouco sabemos sobre a história dos museus brasileiros no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Nesse sentido, é muito bem-vinda a dissertação de mestrado de Andréa Reis da Silveira (2011), cuja síntese é aqui apresentada sob título “O pastor, o jornalista, o coronel, o general no Museu Julio de Castilhos (1961-1981)”. A autora mostra, por um lado, a precariedade de recursos da instituição e, conseqüentemente, sua incapacidade de manter satisfatoriamente a função de preservar suas coleções. Por outro lado, enfatiza a gestão de militares à frente do museu, um general e um coronel, que alinharam as atividades culturais do museu à visão de cultura ligada ao patriotismo, à integração nacional e à educação cívica. Além de artefatos relevantes terem sofrido graves deteriorações em razão do descuido, a coleção de armas foi alvo do interesse de grupos militares que acabaram transferindo-a para uma outra instituição, com a anuência do diretor, também militar.

Essas situações vividas pelo museu nesse período e nos anteriores torna relevante a reflexão sobre as imbricações entre política e cultura na gestão de uma instituição cujo mantenedor é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Na sua criação, observa-se que o Museu está inserido num contexto mais amplo de implementação de instituições culturais cujo propósito era dar sustentação ao corpo estatal, mas também à educação, considerada um valor para os republicanos no poder. Esse aparato formado por reformas e embelezamento urbano, pela construção de novas escolas, Biblioteca Pública, Arquivo Público e Museu se constituía em baluarte de um imaginário assentado nas noções de civilização, ordem e progresso. Nos seus primeiros anos, como um museu de História Natural, a instituição esteve alinhada a esses propósitos de cons-

truir conhecimento sobre o território gaúcho com vistas ao desenvolvimento econômico.

Além disso, o Museu foi considerado espaço estratégico para criação e perpetuação das memórias do líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) Julio Prates de Castilhos, tornando-se também um espaço celebrativo. Se o Museu ao longo dos anos muda sua tipologia, sua missão e seus propósitos, é digno de nota que sua função celebrativa da memória do “Patriarca” permanece irretocável por mais de um século e ainda se constitui, no presente, em um dos maiores desafios do Museu, assunto ao qual retornaremos na próxima sessão.

Por outro lado, essas pesquisas permitem configurar na média duração a biografia de uma instituição especialmente a partir da atuação de seus diretores, todos homens de museus e de ciência, alinhada com os pressupostos científicos e educacionais vigentes em suas múltiplas temporalidades. A partir dessas abordagens, temos a construção de uma linha do tempo institucional que, certamente coloca em questão temporalidades e sujeitos outros das histórias do Museu, a exemplo da memória e celebração do personagem Julio Prates de Castilhos a desafiar os diversos diretores e diretoras que por lá passaram.

Para podermos nos aproximar de outras problemáticas, o estudo de suas coleções apresenta um potencial relevante e que foi considerado por vários pesquisadores e pesquisadoras, conforme trataremos na sequência desta introdução.

O museu e suas coleções: miradas sobre artefatos e imagens

Em sua existência centenária, o Museu Julio de Castilhos reuniu acervo considerável, certamente número de

itens que ultrapassa os II mil artefatos registrados no sistema documental Donato 3.0, com inventário e quantitativo total de peças sendo revisado e atualizado. Como não poderia deixar de ser, centenas de objetos e imagens guardados nas reservas ou em exposição aguardam o olhar atento de investigações de múltiplas áreas, tais como Museologia, História, Antropologia, Arqueologia, Comunicação, Educação, entre outras. Contudo, neste universo empírico a ser desbravado, diversas pesquisas se debruçaram sobre coleções, artefatos ou imagens e geraram conhecimento não apenas sobre personagens e acontecimentos da história do Rio Grande do Sul, mas também sobre os povos originários, sobre as mulheres, sobre afrodescendentes e sobre ideias, políticas e práticas que orientaram a instituição em diferentes contextos. Desse modo, para além da documentação escrita a explorar, as coleções do Museu permitem não apenas conhecer aspectos do passado gaúcho e brasileiro, mas também sobre a história do próprio Museu e sobre os modos e sentidos acionados pela instituição para lidar com diferentes problemáticas ao longo do tempo, a exemplo da Guerra Farrapa, dos povos originários, das mulheres, dos afrodescendentes, entre outras possíveis descobertas. Assim, na segunda parte do livro, buscamos reunir alguns desses estudos, sem esgotá-los.

Iniciamos, retomando Letícia Borges Nedel com seu texto “Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos”, por esta problematizar os processos de diversificação e especialização pelos quais passaram os museus, a partir da segunda metade do Século XX e os limites dessas operações no âmbito de cada instituição. A autora examina, então, a partir do Museu Júlio de Castilhos dois casos específicos: o projeto de criação de uma coleção *etnográfica* sobre a cultura açoriana não concretizada, conforme visto anteriormente, e

as botas n. 56 de Francisco Ângelo Guerreiro, acometido de gigantismo. Ela compartilha conosco suas memórias de quando teve contato pela primeira vez com o museu:

Conheci o acervo do museu Julio de Castilhos ainda criança, em um trem – o “trem da cultura”, que nos anos setenta viajava pelo interior do estado carregando parte da exposição permanente. Em dois vagões misturavam-se os testemunhos das diferentes “tipologias” em que se enquadrara o MJC: havia adornos andinos, membros humanos mumificados, animais defeituosos conservados em formol; uma lambreta que nos anos sessenta teria feito a volta ao mundo pilotada por um gaúcho; xícaras com aparador de bigode usadas no século XIX, a “cadeirinha de arruar” da viscondessa de São Leopoldo, quadros do patrono do museu, um exemplar em ouro da constituição positivista de 1891 e as botas de Francisco Ângelo Guerreiro, apelidado o *gigante rio-grandense* (NEDEL, 2006, p. 23).

Pelas memórias da autora vamos acompanhando seu segundo contato com o Museu, quando estagiária da instituição deparou-se novamente com as botas do gigante na sala então denominada Gabinete de Curiosidades e a problemática envolvida por um artefato que tinha a capacidade cognitiva de representação metonímica do lugar junto aos públicos. Naqueles anos 1990, a visão crítica da equipe resultou na retirada das botas da exposição *permanentíssima*, como refere Nedel. Os protestos dos públicos, que reivindicavam o retorno das botas à exposição, fez com que o museu reconduzisse os artefatos em uma narrativa expográfica, na qual foi inserida a biografia de seu anterior proprietário, bem como a abordagem sobre a moléstia que o acometera.

As descobertas da jovem estagiária Letícia Nedel de que após entrarem num museu ou em exposição, alguns objetos não saem incólumes, nos ajuda a pensar sobre o que recentemente temos denominado de biografia das coisas (BONNOT, 2002, 2015; APPADURAI, 2008). Nessa

mirada, percebemos que os objetos seguem sua rica biografia, após se tornarem museália e suscitam significações (práticas, talvez) sociais para além do seu circuito de produção, circulação e apropriação na vida social.

Na sequência, Elisabete da Costa Leal, em “FACES de Castilhos: imagem e cultura política no Sul do Brasil (1903-1915)”, detém-se sobre duas imagens de Julio de Castilhos presentes nas coleções do Museu e das quais derivaram a maioria das outras imagens sob forma de quadros, bustos, monumentos, litografias, bicos de pena, fotogravuras, *crayons* que foram criadas e circularam logo após a morte do líder do Partido Republicano Riograndense. A proposta da autora visa discutir a elaboração da imagem visual do líder republicano como um projeto político que perpassa os acervos dos arquivos e museus públicos e o emprego dessas imagens na imprensa partidária e comercial das cidades de Porto Alegre e Pelotas, os dois principais centros republicanos do Estado. A pesquisadora demonstra a utilização da fotomontagem por Virgílio Calegari, um dos mais importantes fotógrafos da época, de modo a criar a imagem positiva de pai de família e a exaltação em morte do líder republicano. Elisabete Leal demonstra um cuidadoso programa político de manutenção e de construção da memória em torno do líder e do fomento de uma cultura visual política, da qual essas imagens e o próprio Museu são participantes.

O estudo de Elisabete Leal demonstra o quanto é temerário o museu conceber as imagens fotográficas de suas coleções como espelho da realidade, noção já amplamente refutada e debatida entre os pesquisadores. A imagem fotográfica da família Castilhos analisada e exposta no Museu, sem qualquer problematização, aponta sobre a necessidade de alinhamento dos estudos sobre o visual, em amplo desenvolvimento no Brasil, com as narrativas expográficas dos museus, que, em geral, ainda fazem o

uso ingênuo da fotografia como ilustração de uma época ou acontecimento histórico, sem contribuir para educar o olhar dos seus públicos para a problemática visual.

A abordagem sobre a representação de personagens da história sul-riograndense, fundamentalmente das lideranças políticas e/ou militares, através da imagem, segue no texto de Ana Celina Figueira da Silva, “Pinacoteca do Museu Julio de Castilhos: galeria de vultos, fatos e lugares (1925-1939)”. A autora dá evidência à nova seção constituída em 1925 no âmbito do Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos, a Pinacoteca Histórica, que deveria ser formada por pinturas dos lugares onde fatos históricos importantes da história do Rio Grande do Sul teriam ocorrido, bem como de seus protagonistas. Através de levantamento das obras adquiridas pelo Museu entre os anos 1925 e 1939, sistematizando as temáticas apresentadas e o período, bem como a forma de aquisição, é possível perceber os eventos e personagens eleitos como *históricos*. Fundamentalmente, entre os anos 1925 e 1935, o Museu buscou formar uma coleção de pinturas com destaque para as que retratavam a Guerra Farroupilha, tendo em vista as comemorações de seu centenário. Neste processo, o personagem mais representado foi Bento Gonçalves, só perdendo para o republicano Júlio de Castilhos. Os processos de aquisição foram feitos através de doação ao Museu, mas também de compra e encomendas a artistas locais e nacionais. Destaca-se o fato do Museu possuir, naquele momento, verba orçamentária específica para a Pinacoteca Histórica, recursos geridos por Eduardo Duarte, chefe do Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos. Silva argumenta que os critérios de seleção das obras para a Pinacoteca, pautados por Duarte, eram relacionados ao conteúdo histórico e não artístico, pois a intenção era completar o “panteão” daqueles considerados heróis da nossa história

e não, em primeiro propósito, adquirir obras por seu valor artístico. O estudo demonstra como o Museu Julio de Castilhos, semelhante a outros museus históricos, possuiu uma grande preocupação com a representação imagética de fatos e vultos selecionados na construção do passado. Assim, fixando em telas momentos considerados épicos, a história seria figurada no espaço do Museu. Muitas das obras adquiridas naquele momento, permanecem no Museu Julio de Castilhos até os dias atuais e são bastante conhecidas do público por integrarem as exposições de longa duração, a exemplo, das pinturas sobre a Guerra Farrroupilha.

Assim, a Guerra dos Farrapos (1835-1845), acontecimento reiteradamente presente na cultura rio-grandense, sob forma comemorativa e objeto de calorosos debates, é temática de preocupação do Museu Julio de Castilhos, pelo menos a partir da criação do Departamento de História Nacional em 1925. Naquele momento, aproximava-se o centenário do episódio bélico e o Museu unia seus esforços à comemoração que se avizinhava, especialmente a partir da encomenda ao artista Luiz Curia de várias pinturas com representações dos principais líderes farrapos. Algumas destas pistas estão no capítulo “Sala Farrroupilha: análise expográfica da Sala Farrroupilha no Museu Julio de Castilhos”, de autoria de Lucas Antonio Morates e sua orientadora Lizete Dias de Oliveira. Além de consultar a documentação arquivística da instituição em busca de dados sobre a aquisição das peças relacionadas à guerra farrapa, os autores analisaram a então denominada Sala Farrroupilha, que se manteve no Museu por várias décadas. Neste estudo, podemos ter o registro da expografia de um determinado tempo, pois não apenas artefatos, imagens e suas respectivas legendas foram reunidos, mas também a disposição espacial de vitrines e expositores. Sabemos do caráter efêmero das exposições e ainda necessitamos,

como pesquisadores, torná-las de modo sistemático objeto de investigação, assim como o museu não deve descuidar do seu registro adequado por meio de relatórios e imagens.

Na análise de Lucas Antonio Morates e Lizete Dias de Oliveira é possível observar o papel relevante que tem o Museu na criação de mitos e heróis e na divulgação de uma narrativa acrítica sobre acontecimentos históricos e onde apenas são colocados em cena artefatos e imagens dos líderes farroupilhas e imperiais que estiveram em lados opostos do confronto. A partir do levantamento feito pelos autores, é possível identificar que os personagens com maior número de itens expostos na Sala Farroupilha do Museu Julio de Castilhos são os líderes farrapos, com destaque a Bento Gonçalves da Silva. Nesse sentido, o Museu Julio de Castilhos em contextos específicos, como por exemplo, o da comemoração do sesquicentenário do conflito em 1985, contribuiu na construção de uma determinada narrativa sobre a guerra civil ocorrida no Século XIX, reforçando nomes já consagrados pela historiografia, ao selecionar e expor pinturas e objetos pessoais relativos a esses personagens. Sem dúvida, o tema da Guerra Farrapa é um dos mais sensíveis a ser enfrentado pelo Museu Júlio de Castilhos. A referida Sala Farroupilha, quando se escreve essas linhas, foi desmontada há alguns anos, e esforços têm sido feitos no sentido de dar visibilidade a silenciamentos já contemplados pela historiografia. Caso emblemático, nesse sentido, é a referência ao denominado Massacre de Porongos, episódio no qual os escravizados lutaram ao lado de seus senhores farroupilhas em troca do recebimento da alforria, quando findasse a guerra. Por temer esse contingente de libertos, os farrapos uniram-se aos imperiais e organizaram uma emboscada aos lanceiros negros que haviam lutado por sua liberdade. Esse episódio esteve presente na expografia por meio de lanças, supos-

tamente pertencentes ao pelotão de escravizados, e, mais recentemente, um fac-símile da Carta de Porongos é exposta em diálogo ou contraposição à escultura de Duque de Caxias, o “pacificador do império”, que acertou tal massacre com o farroupilha Davi Canabarro.

Nem todos os objetos do acervo do Museu receberam notoriedade ou chamou a atenção dos diferentes públicos, como as botas de Francisco Ângelo Guerreiro, e, conseqüentemente, jamais puderam sair de exposição. Alguns objetos foram mantidos na Reserva Técnica, muitas vezes sem documentação, sem identificação ou mesmo em precárias condições de conservação, situação enfrentada bravamente pelas gestões do Museu nos últimos anos. Esse é o caso do sabre mandinga, descoberto pela então estudante de Museologia da UFRGS Roberta Machado Gomes, quando era estagiária do Museu. Em “Vestígios e interpretações sobre o sabre mandinga no Museu Julio de Castilhos: um desafio museal”, com sua orientadora Ana Carolina Gelmini de Faria, narra as inconsistências documentais deste objeto que ganha significado sob a mirada de uma investigação que buscou identificar o artefato e a etnia africana à qual estava vinculado, bem como refletir sobre os limites e desafios da cadeia operatória da Museologia e o lugar (ou *não-lugar*, como referem as autoras) reservado ao sujeitos negros e afro-brasileiros nos museus.

Cumprir dizer que a pesquisa de Roberta Gomes se inseriu em iniciativas de decolonização do Museu Julio de Castilhos, quando ainda não havia se tornado corrente esse imperativo no ambiente museal. Segundo as autoras, as ações promovidas pela gestão 2011-2014 identificaram o *não-lugar do negro* nas coleções e nas exposições, que mantinham o viés univocal dos artefatos atrelados à escravidão. Organizadas por Joel Santana da Gama e Jane Rocha de Mattos, na época diretor do Museu e coordenadora

de pesquisas institucionais, respectivamente, as *Reuniões Abertas - Museus e Africanidades* visaram analisar essa situação, bem como propor alternativas de outras narrativas expositivas em parceria com diferentes agentes e associações interessados na questão. O efetivo resultado desse processo participativo iniciou com a pesquisa aos sistemas informacionais do Museu Julio de Castilhos, quando foram identificados objetos que personificavam Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919) e Paulino Azureña (1860-1909), ambos sujeitos negros sul-rio-grandenses que tiveram destaque na vida política e para a afirmação da presença negra no Rio Grande do Sul (MATTOS, 2013).

Ainda perseguindo artefatos e imagens ligados aos afrodescendentes, Arilson dos Santos Gomes e Roberta Fraga Machado Gomes tomam uma imagem fotográfica em “Antigos Carregadores de Doca: Reflexões acerca das representações negras no Museu Julio de Castilhos” com a finalidade de problematizar o silenciamento a que são submetidos determinados grupos nos museus. No estudo dos autores, são oferecidas pistas sobre a coleção Iconografia, a maior da instituição, composta por 2.287 objetos-documentos (bustos, fotografias, gravura, máscaras mortuárias, pinturas (óleo sobre tela, óleo sobre papel, *crayon* sobre papel, tinta sobre vidro, guache sobre papel, litografia e xilogravura) dentre um universo de 11.382 registrados no sistema documental Donato 3.0. Os autores tecem uma crítica sobre como a fotografia e os museus constituíram ‘os outros’, a partir da centralidade do olhar europeu e branco e apontam alternativas em curso para esmaecer a parca representatividade de grupos afrodescendentes nos museus brasileiros.

Ainda corolário de práticas decoloniais insere-se o texto de Maria Ricken de Medeiros e Nara Beatriz Witt (2013) intitulado “Trilhando investigações sobre o quadro de Aurélio Viríssimo de Bittencourt”, parceria profícua

entre a instituição e o Curso de Museologia. Em estágio curricular e pesquisa para a disciplina Bens Culturais no Brasil, ministrada pela Professora Zita Possamai, no Curso de Museologia da UFRGS, a partir da indicação de Jane Mattos, então coordenadora técnica do Museu, as autoras investigaram o retrato de Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Além de sistematizar os achados da historiografia sobre este afrodescendente, cuja biografia o relaciona com os primeiros presidentes provinciais republicanos, do qual foi secretário, com a imprensa jornalística e negra, com o clube Sociedade Floresta Aurora, com o Partenon Literário e, ainda, com a luta abolicionista na segunda metade do Século XIX, as jovens museólogas em formação buscaram em diversas instituições documentos para mapear também a biografia desta representação visual, provavelmente efetivada originalmente para ser exposta no Salão de Honra da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, fundada em 1854, instituição da qual o personagem era sócio benfeitor.

Esta “redescoberta” da pintura de Aurélio Veríssimo de Bittencourt e o aprofundamento de sua pesquisa, bem com a restauração do quadro, gerou à época uma exposição de curta duração sobre esse relevante personagem, até então silenciado e invisível na expografia do Museu. Finda a exposição, o retrato passou a figurar na exposição de longa duração, na mesma sala que alude à República Rio-Grandense, cujos únicos expoentes presentes eram Júlio de Castilhos e seu sucessor Borges de Medeiros. Ainda necessitamos de mais tempo e pesquisas de público para aferir os efeitos positivos que esta “visibilidade afirmativa”, segundo o antropólogo Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Junior (2013), causa em pessoas afrodescendentes que visitam o Museu. O retrato de Viríssimo expressa o quanto o museu pode “perder” seus artefatos em suas Reservas Técnicas (RT)

por simples desconhecimento devido à falta de investigação ou documentação adequada, tarefas cruciais da cadeia operatória museológica. Foi necessário um olhar engajado nas problemáticas da invisibilidade negra nos museus e suas coleções para dar um sopro de vida à pintura e a seu retratado. Contudo, nem sempre a RT apresenta artefatos que a sociedade contemporânea deseja colocar em evidência e para suprir lacunas incontornáveis o museu necessita ser proativo, assunto que retomaremos adiante.

O estudo de Roberta Madeira de Melo deu maior fôlego às reflexões sobre a colonialidade do saber imperante nos museus, especificamente no Museu Julio de Castilhos. Em “Breve reflexão sobre as representações produzidas no Museu Júlio de Castilhos acerca dos povos originários (1901-1958)”, investiga a musealização de coleções e artefatos indígenas, bem como as representações que circularam a partir da instituição, ao longo da primeira metade do Século XX, objeto de estudo de sua dissertação de mestrado (MELO, 2018). Conforme a autora, entre os primeiros objetos a comporem o acervo do Museu encontravam-se aqueles de procedência indígena, expostos na mostra de 1901 e pertencentes aos colecionadores Otacílio e Arnaldo Barbedo. Este conjunto que denomina parte da coleção etnológica da instituição ainda hoje carece de investigações que apurem a biografia desses colecionadores e os modos como formaram essa coleção. Conforme pondera a autora, ao se configurar como um museu de História Natural nos seus primeiros anos, o Museu alinhou-se aos preceitos científicos vigentes, desde meados dos oitocentos, quando as ideias evolucionistas, positivistas e racialistas orientavam os estudos sobre os povos considerados “primitivos” ou “selvagens” em comparação hierárquica aos europeus “civilizados” (SCHWARCZ, 1993; PAZ, 2015, 2020). Além desta primeira coleção de artefatos indígenas,

adquirida em 1905, o museu enriqueceu sua coleção etnológica através das “excursões” realizadas por Francisco Rodolfo Simch pelo território gaúcho, onde recolheu sem sistemática aparente objetos dos povos Guarani, Kaingang, Minuano e Charrua. Sabemos que este diretor tinha predileção pelos estudos mineralógicos e Roberta Madeira de Melo mostra que as poucas menções à coleção etnológica que fez o diretor, serviram apenas para comparar os artefatos de determinados grupos que, na sua visão, possuíam menos apuro em relação àqueles confeccionados pelos Guarani sob tutela dos jesuítas nas Missões, corroborando o pensamento etnológico do período. Desse modo, conclui a autora que o Museu e seu diretor eram frutos de seu tempo, sendo que os indígenas estavam presentes nas coleções como elementos da natureza, sendo suas culturas englobadas na perspectiva de objeto de coleção.

Com a passagem do tempo, mudaram também os sentidos atribuídos a alguns dos objetos indígenas pertencentes ao Museu. Conforme Roberta Madeira de Melo, quando a instituição se voltou para os estudos históricos (entre 1925 e 1940), as esculturas missionárias foram classificadas como relíquias históricas (THIELKE, 2014), pesquisadas por Rosauro Tavares e inseridas em uma narrativa histórica que enlaçaram indígenas e Missões, cujas ruínas eram representadas como monumentos históricos. Além disso, menciona a autora, a aquisição de flechas indígenas, inseridas no Departamento de História Nacional, como documentos históricos, e não no Departamento de História Natural, compuseram a coleção etnológica. Nesse sentido, explica a investigadora, os artefatos indígenas ganhavam relevância não por sua fabricação e vinculação étnica, mas por estarem ligados a determinado episódio de cunho histórico e considerado importante na fabricação da história regional elaborada pelos agentes do Museu.

Conforme continua Roberta Melo, no período de Emílio Kemp, com a reabertura da instituição ao público, foi possível perceber os sentidos pedagógicos atribuídos aos artefatos indígenas e presentes nas narrativas de mestres e estudantes que visitavam as exposições.

Roberta Madeira de Melo ainda se detém no período de Dante Laytano, pois este havia direcionado sua mirada, e consequentemente a gestão museal, para os estudos folclóricos, conforme vimos anteriormente. Nessa perspectiva, o diretor dedicou especial atenção aos grupos indígenas Guarani e Kaingang elaborando estudos, comunicações e publicações com seus alunos e com os funcionários do Museu. Esses resultados eram divulgados em congressos ou publicados na *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, que foi reconfigurada nos anos de sua gestão. A autora detém-se em escritos publicados nesta revista, a exemplo de obra do então diretor que mostra seu alinhamento ao paradigma integracionista vigente no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a prevalência da dicotomia “selvagem/civilizado”, vigente nos primeiros anos do Museu. Embora diferenciados como *Guarani* e *Kaingang* e não homogeneizados sob denominação *indígenas*, o Museu continuou criando e divulgando uma visão colonizadora desses grupos, aspecto que apenas recentemente foi enfrentado pelo Museu e que retornaremos a seguir.

Na mesma problemática da autora anterior, o texto “Museu Julio de Castilhos: narrativas sobre o lugar do outro na História Oficial”, Iandora Quadrado e Ana Carolina Gelmini de Faria retomam a reflexão sobre decolonização dos museus com ênfase nas narrativas sobre os povos indígenas no Museu; especialmente, enfatizam a contribuição de Emílio Kemp na montagem de museus escolares nas instituições de ensino do estado, por meio da doação de artefatos desses povos. Ao final, as autoras propõem questões

pertinentes sobre a necessidade de decolonização dos museus em relação aos povos originários no contemporâneo.

A presença das mulheres nos museus é, sem dúvida, uma das problemáticas mais urgentes a serem enfrentadas pelos museus e por seus pesquisadores. Em “Documentos, indumentárias e fotografias contam histórias das mulheres no Museu Julio de Castilhos (1995-2010)”, Andréa Reis da Silveira nos apresenta uma síntese de sua tese (SILVEIRA, 2020), na qual desbravou duas alternativas para abordar a questão: o estudo das coleções vinculadas às mulheres, bem como as representações aí contidas e a gestão dos museus por mulheres. O primeiro caminho foi consolidado por estudo de Vânia Carneiro de Carvalho (2010) e que serve de referência importante para sua investigação. A autora recorreu ao sistema documental do Museu para investigar as coleções de indumentária, documentos e iconografia, nas quais identificou artefatos vinculados ao feminino e às mulheres e nos quais prevaleciam a representação de mulheres das classes médias e altas em situações vinculadas à casa, aos cuidados ou à vida social festiva. Ao trabalho estavam vinculados documentos relacionados a ofícios permitidos às mulheres na primeira metade do Século XX, como professora. As mulheres cujos nomes é possível identificar eram aquelas associadas a acontecimentos históricos, como Anita Garibaldi, ou a vultos históricos, como Honorina Castilhos, esposa do político republicano que cedeu seu nome ao próprio Museu. Em muitos casos, a biografia dessas mulheres está esmaecida e elas apenas aparecem para se constituírem nas biógrafas de seus maridos ou como guardiãs de suas memórias para a eternidade, conforme demonstrou a antropóloga Regina Abreu (1996) em seu estudo sobre a viúva Alice Porciúncula e sua doação ao Museu Histórico Nacional.

Desse modo, a partir das coleções, a autora demonstra que a história das mulheres no Museu Julio de Castilhos segue orientação de silenciamento de biografias e restringe-se a determinados estratos sociais, como em outros museus de história. Contudo, o maior ineditismo está em analisar também as diversas gestões lideradas por mulheres e chegar à conclusão de que estas não impingem qualquer diferenciação quanto à questão de gênero em relação aos homens diretores que as antecederam. Determinados silenciamentos estão tão arraigados na sociedade, nas coleções e nas narrativas dos museus que seria ingênuo pensar que mudanças possam ocorrer, neste caso específico, com mulheres assumindo a gestão institucional. Essas conclusões podem indicar a necessidade de mirar os museus sob a perspectiva de uma museologia feminista (WICHERS, 2018), sob pena de nossas instituições continuarem a contar uma história que joga as mulheres na invisibilidade ou as restringe a determinados papéis aceitos socialmente em cada contexto.

Nessa direção, o Museu montou em 2020, sob curadoria de sua diretora, museóloga Dóris Couto, e servidoras mulheres da instituição, a exposição *Narrativas do Feminino* como modo de abordar presenças e ausências das mulheres nas coleções do Museu. O levantamento no acervo, corroborou as conclusões de Andrea Reis de modo que para poder representar mulheres dos segmentos populares, sobretudo negras, a equipe iniciou uma campanha de doação de objetos pertencentes a essas mulheres. Além dessa coleta ativa, ainda em 2023, o museu adquiriu duas obras de arte (fotografia com intervenções em pintura) nas quais estavam fotografados dois expoentes da cultura negra gaúcha: o advogado Antonio Cortes e a cantora Loma. Essas iniciativas demonstram que o museu não pode ser um agente passivo diante das coleções que foram reunidas

ao longo do tempo e que se orientaram por vieses colonizadores a respeito de determinados grupos sociais ou étnicos. A coleta ativa deve ser estimulada nos museus no sentido de sanar lacunas e silenciamentos nas coleções e nas expografias, sob pena de o museu se tornar um lugar reificador de mitos que não mais dialoga com os debates contemporâneos e, conseqüentemente, pouca ou nenhuma relevância tem para determinados agentes.

No primeiro meio século de existência, diretores e técnicos do Museu Julio de Castilhos uniram esforços para editar uma revista científica periódica com o objetivo de divulgar os resultados de suas pesquisas. Manolo Cachafeiro (2018), sob orientação de Zita Possamai preocupou-se com o mapeamento destas publicações, que ultrapassaram a edição de duas revistas, em momentos distintos da história da instituição. Aqui, em “Um museu e suas duas revistas: mapeamento das publicações periódicas do Museu Julio de Castilhos”, os autores apresentam informações sobre a Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul (editada entre 1927 e 1930) e a Revista do Museu Julio de Castilhos e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (editadas entre 1952 e 1958). A verve pesquisadora de Manolo Cachafeiro o fez percorrer diversas instituições em busca das edições desses periódicos, pois o Museu não possui a coleção completa em seus arquivos. Dessa garimpagem meticulosa resultou um mapeamento exaustivo das edições, o que permitiu conhecer autorias e temas publicados nos diversos volumes.

A insistência do primeiro diretor, naturalista Francisco Rodolpho Simch, em publicar uma revista demonstra sua inserção numa rede internacional de cientistas e museus de história natural, a exemplo do vizinho Museu Anchieta dirigido pelo Padre Pio Buck, que compartilhava a mesma calçada na Rua Duque de Caxias até a mudança

do colégio homônimo para outro bairro de Porto Alegre (SILVEIRA, 2022). Simch via a importância da publicação de revistas científicas, nas quais eram registradas descobertas nos domínios da Botânica, da Zoologia, da Mineralogia, da Etnologia, da Arqueologia, entre outros saberes. O diretor conhecia outras instituições congêneres, com as quais mantinha correspondência e das quais recebia periodicamente revistas. Era, assim, seu desejo poder também divulgar o trabalho feito no Museu por meio de uma publicação que pudesse circular no País e fora dele.

Infelizmente, seu tão acalentado sonho somente foi realizado na gestão de seu sucessor. Contudo, na primeira revista publicada estão presentes os textos de História Natural, provavelmente, deixados organizados por Simch para a publicação. Nesse rol de autores, é possível verificar a presença de naturalistas como Herman Von Ihering, zoólogo e diretor do Museu Paulista que pesquisou no território riograndense, entre outros autores que compartilhavam essa rede. Ao publicar a Revista do Museu, a partir de 1927, a instituição colocou-se ao lado dos grandes museus nacionais, a exemplo do Museu Nacional, que editava os *Arquivos do Museu Nacional*, o Museu Paulista, editor de *Anais do Museu Paulista* e o Museu Paraense, editor do *Boletim do Museu Emílio Goeldi*. Também desconhecido da historiografia dos museus do centro do País, essa publicação demonstra os esforços em reunir e dar visibilidade à produção científica do Museu, bem como alude à precariedade de manter a periodicidade de tal proposta, reivindicada por seu primeiro diretor.

Como demonstram Ana Celina Figueira da Silva e Zita Possamai em “Publicações reclamadas: Eduardo Duarte e a primeira revista do Museu Julio de Castilhos (Rio Grande do Sul, 1927-1930)” a publicação foi efetivada por Eduardo Duarte, que já havia editado 18 números da Revista do

Arquivo Público, para dar visibilidade aos resultados das empreitadas historiográficas da parceria arquivo/museu na segunda gestão do Museu. Desse modo, a *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, iniciada em 1927 e que contou com apenas seis edições, reuniu textos de naturalistas de renome nacional e internacional, além dos resultados já em curso na escrita de uma história do Rio Grande do Sul amparada nos pressupostos dos membros do Instituto Histórico e Geográfico, liderada por Eduardo Duarte. Dessa forma, as autoras ressaltam a relevância de Eduardo Duarte por gerir o Arquivo Público e, posteriormente, o Departamento de História Nacional do Museu, além de ser fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde também foi editor de publicação. As autoras consideram Eduardo Duarte como protagonista no processo de direcionamento das atividades de coleta, organização, transcrição e divulgação de documentos relativos à história sul-rio-grandense e que proporcionaram uma nova configuração de objetivos ao Museu. Por atuar em três frentes, no Museu, no Arquivo e no Instituto, Duarte usou os meios em favor da divulgação dos resultados alcançados em suas descobertas, sem, contudo, alcançar êxito.

Interrompida a publicação desta primeira iniciativa, o Museu vai direcionar seus esforços editoriais às comemorações do centenário da efeméride farrapa. Somente nos anos de 1950, a instituição voltou a publicar um periódico, desta vez em parceria com o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Em consonância com o projeto museal de Dante de Laytano, essa nova iniciativa mostra-se bastante abrangente em termos temáticos, abarcando conteúdos de história, costumes, biografias, povoamento, numismática, arquivo, entre outros assuntos. Mais uma vez interrompida, a inexistência de uma publicação periódica do Museu nos últimos 70 anos demonstra, por um lado, a função de

pesquisa e divulgação científica, transferida a outras instituições, tais como as universidades; e, por outro lado, as descontinuidades decorrentes da transitoriedade no projeto museal da instituição.

Entretanto, como documentos de um passado, essas publicações ainda são potentes para investigações de diversas problemáticas, a exemplo do estudo de Roberta Madeira de Melo e Zita Possamai que pesquisaram as representações a respeito dos povos originários contidas na Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Em “As revistas do Museu Julio de Castilhos e a exposição Memória e Resistência: reflexões sobre representações descolonizadas”, as autoras analisam a presença de escritos de autoria de Dante de Laytano que abordaram os povos Kaingang e Mbya-Guarani, com ênfase em arqueologia e em dicionários guarani-português. Os escritos apresentavam informações estatísticas, linguísticas, históricas e culturais sobre esses povos, na perspectiva dos estudos folclóricos. Contudo, conforme demonstram, a discursividade presente nos diversos textos analisados corrobora as teorias racialistas preponderantes nas primeiras décadas do Século XX, segundo as quais determinados traços fisionômicos uniformizavam esses povos, considerados “inferiores”, “selvagens” ou “primitivos” que deveriam ser educados e integrados ao modo de vida branco ocidental, a partir da tutela do Estado representado pelo Serviço de Proteção ao Índio. Além disso, as autoras também analisaram os sentidos atribuídos às revistas ao serem inseridas na mostra *Memória e Resistência* como documentos históricos da instituição. Segundo elas, a exposição propôs uma crítica à perspectiva colonial (QUIJANO, 2005) visível nas publicações da instituição, bem como proporcionou o protagonismo dos povos Mbya-Guarani e Kaingang no processo de criação de suas próprias representações.

Nessa perspectiva, cumpre mencionar outras reflexões sobre a exposição *Memória e Resistência*, montada no Museu Julio de Castilhos, a partir de 2019, cujo propósito é revisitar as narrativas expográficas, as coleções e estabelecer curadorias compartilhadas com representantes desses povos. Embora não seja nosso propósito aqui uma análise das expografias do Museu, esta exposição está diretamente vinculada às coleções e à biografia do Museu, daí a relevância de sua abordagem. *Memória e Resistência* constituiu-se em uma exposição de longa duração que tinha como seu propósito principal dar visibilidade à questão indígena no Museu, abarcando ciclos de curta duração que problematizam aspectos específicos das culturas dos povos originários, concebidos a partir de curadorias colaborativas (RUSSI e ABREU, 2019) com lideranças Guarani e Kaingang. Esta exposição institui uma política de visibilidade afirmativa dos povos indígenas e trata de problemáticas contemporâneas que ainda os afetam, a exemplo da demarcação de suas terras, dos conflitos com os latifúndios gaúchos, da expulsão de suas terras, da luta pela sobrevivência, entre outras. Desse modo, os povos indígenas estão presentes no museu de história não como coleção ou objeto de estudo, conforme foram concebidos no passado, mas como partícipes da elaboração de sua autorrepresentação, seja em exposições, seja em ações educativas (LEWINSKI et AL., 2023).

É ainda relevante destacar que *Memória e Resistência* passou a englobar a temática histórica da ocupação guarani-missioneira no Sul do Brasil, no Século XVII. Em determinados momentos, o Museu organizou a mostra de estatuárias provenientes das reduções como Sala Missioneira, em visível alinhamento com uma historiografia de viés eurocêntrico. Ao compor uma exposição maior cuja narrativa aborda memória e resistência, esses artefatos-

imagens rompem com essa visão e integram uma mirada decolonial a partir do protagonismo Guarani (BAPTISTA e BOITA, 2011). Além disso, a presença de problemáticas referentes à história indígena do tempo presente, insere esses povos em uma perspectiva histórica e não apenas etnográfica. Desse modo, a expulsão e a retomada de seus territórios ancestrais; a pressão latifundiária do agronegócio; a luta por sobrevivência; as violências física e simbólica; as formas de resistência; o papel dos indígenas na preservação dos biomas, entre muitos outros, estão entre os assuntos abordados nessas mostras.

Esta exposição, bem como as iniciativas implementadas no sentido de democratizar o Museu, principalmente, decolonizar suas coleções e suas narrativas expográficas revestem de maior relevância as investigações sobre os passados do museu e sobre suas coleções. A história é criada a partir das problemáticas do presente e como tal, os movimentos da sociedade brasileira contemporânea colocam na ordem do dia as questões dos povos originários, da diáspora africana, de gênero, dos grupos LGBTQIAP+, entre outros. Como ágora pública, ou o museu enfrenta esse desafio ou estará fadado a continuar como lugar de coisas velhas e curiosas, imaginário que persiste em muitas mentes de corpos não mobilizados para visitar esses lugares alheios a suas inquietações.

Por outro lado, esses estudos sobre as coleções e sobre as histórias do Museu Julio de Castilhos tem demonstrado a potência da parceria da Instituição com a Universidade, especialmente com o Curso de Museologia e com o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, mas também programas de pós-graduação que acolheram estudos sobre museus e Museologia, tais como o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em História, todos da Universidade Fe-

deral do Rio Grande do Sul. Especialmente nas disciplinas da graduação em Museologia, o Museu Julio de Castilhos, assim como outras instituições, tem sido um laboratório profícuo para exercícios de práticas e investigações nas diversas disciplinas da grade curricular, desde 2010, quando foi realizado a primeira investida (POSSAMAI *et Al.*, 2011). Por ser o museu mais antigo em funcionamento e contar com expressivo acervo, o museu tem sido escolhido pelos docentes para parcerias nos domínios da expografia, da documentação, da conservação, da pesquisa, da educação, entre tantas possibilidades. Mesmo que os resultados possam ser tímidos, pela característica de estudos de apenas um semestre, observamos que esse diálogo desacomoda a equipe do Museu e alerta para problemáticas, muitas vezes identificadas pelas direções, mas não incorporadas nos processos da cadeia museológica.

Assim, a presença de docentes e estudantes pesquisadores tem sido uma fortaleza para o enfrentamento especialmente da pesquisa das coleções, uma das fragilidades da instituição. Através desses exercícios, exposições de curta duração foram elaboradas, imagens e artefatos foram valorizados, assim como publicações divulgaram para a posteridade os achados realizados.

Ao retomar Michel de Certeau, concordamos que “Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*” (CERTEAU, 2011, p. 89). Essa escrita em formato de livro tem também esse propósito, pois esperamos que estas histórias do Museu Julio de Castilhos e de suas coleções passem a figurar nas estantes das bibliotecas, nos repositórios digitais e nos próximos estudos sobre museus no Brasil e, quem sabe, da historiografia dos museus de países vizinhos que visitamos com avidez, além de outras paragens mais longínquas. Contudo,

inventar um passado para compreender de onde partimos como experiência do vivido, também vislumbra um horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006) para os museus e seu lugar na mediação das pessoas com suas memórias, com suas histórias e com os saberes produzidos para dar sentido às suas existências.

Referências

ABREU, R. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EDUFF, 2008. 399p.

BAPTISTA, J.; BOITA, T. O desafio nativo: a inclusão do protagonismo indígena no Museu das Missões e no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo. In: MAGALHÃES, A.; BEZERRA, R. (Orgs.). **Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. Pp. 264-279.

BITTENCOURT, J. N. Memória para o futuro: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu (1839-1889). **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 37, pp. 195-219, 2005.

BITTENCOURT JUNIOR, I. C. As representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul são marcadas pela invisibilidade simbólica: do “resgate” afro-brasileiro às pesquisas histórico-antropológicas e às invisibilidades negras na museologia. In: MATTOS, J. (Org.). **Museus e africanidades**. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013. Pp. 13-53.

BONNOT, T. Itinerário Biográfico de uma Garrafa de Sidra. In: CÂNDIDO, M. M. D.; RUOSO, C. (Orgs.). **Museus e patrimônio: experiências e devires**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2015. Pp: 121-151.

BONNOT, T. **La vie des objets**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2002.

BRITTO, C. C.; CUNHA, M. N. B.; CERÁVOLO, S. M. (Orgs.). **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020.

CACHAFEIRO, M. S. **As publicações do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1960)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

CARVALHO, V. C. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material, São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: Edusp, 2010.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEWINSKI, C.; HEINZELMAN, L.; BITTENCOURT, L.; RAMOS, R.; POSSAMAI, Z. Educar com os indígenas: anotações sobre uma ação educativa no Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre - RS/Brasil). In: FRAGA, H.; *Et Al.* (Orgs.). **Experimentações do patrimônio: práxis para uma educação dialógica**. Porto Alegre: Evangraf/ISCMPA, 2023. Pp. 359-371.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MATTOS, J. (Org.). **Museus e africanidades**. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013.

MEDEIROS, M. R.; WITT, N. Trilhando investigações sobre o quadro de Aurélio Viríssimo de Bittencourt. In: MATTOS, J. (Org.). **Museus e africanidades**. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013. Pp. 121- 136.

NEDEL, L. B. Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos. **Estudos Históricos**, n. 38, pp. 11-31, 2006.

NEDEL, L. B. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 23, pp. 87-112, 2005.

NEDEL, L. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRJ, 1999.

MELO, R. M. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

PAZ, F. R. C. **Cultura Visual e Museus Escolares: representações raciais no museu Lassalista (Canoas, Rio Grande do Sul, 1925-1945)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

PAZ, F. R. C. **Bustos raciais: uma biografia das imagens-artefato racialistas (1862- 1930)**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

POSSAMAI, Z. Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seu público (1903-1925). *Varia História*, n. 53, pp. 365-389, 2014.

POSSAMAI, Z.; *Et Al.* **Imagens e Artefatos: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM.

QUADRADO, I. M. **Um professor no Museu: Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

RUSSI, A.; ABREU, R. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. *Horizontes Antropológicos*, ano 25, n. 53, pp. 17-46, 2019.

SANJAD, N. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: IBRAM, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, A. C. F. **“Investigações e evocações do passado”: o Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SILVEIRA, A. R. **O Museu Julio de Castilhos no período 1960-1980: acervos, discursos, representações e práticas através de uma exposição museológica**. [Dissertação de Mestrado]. Santa Maria: UFSM, 2011.

SILVEIRA, A. R. **História das mulheres no Museu Julio de Castilhos: presenças e ausências nos objetos documentados (1995-2010)**. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2020.

SILVEIRA, L. M. **“Eu não coleciono borboletas”: o itinerário científico do jesuíta Pio Buck (1883-1972) e o Museu Anchieta de Ciências Naturais (Porto Alegre/RS)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

SPOHR, I. **Memória de 665 Jesuítas da Província do Brasil Meridional: Novembro de 1867- Novembro de 2011**. Porto Alegre: Padre Reus, 2011.

THIELKE, N. **O percurso das imagens: a estatuária missioneira no Museu Júlio de Castilhos e no Museu das Missões (1903-1940)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

WICHERS, C. A. M. Museologia, Feminismo e suas ondas de renovação. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, pp. 138-154, 2018.